



Díli, 2 de maio de 2016

## **Conciliação Obrigatória avança, quando podia ser evitada com compromisso**

O Governo da Austrália notificou hoje Timor-Leste a nomeação dos seus dois conciliadores para o processo de Conciliação Obrigatória, iniciado por Timor-Leste no passado dia 11 de abril.

Devido às constantes recusas da Austrália em negociar uma fronteira marítima permanente, Timor-Leste iniciou o processo ao abrigo das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para viabilizar um acordo com a Austrália sobre esta matéria.

A Austrália tem as suas fronteiras definidas com todos os seus vizinhos, exceto com Timor-Leste, apesar de ter concordado, em tratados assinados há mais de uma década, encetar a negociação de acordo com a lei internacional. O Primeiro-Ministro, Rui Maria de Araújo, explicou que "estabelecer fronteiras marítimas permanentes é uma prioridade nacional para Timor-Leste, o passo final na concretização da nossa soberania como um Estado independente".

O processo de conciliação será conduzido por um painel de cinco peritos independentes que constituem a chamada Comissão de Conciliação. Os dois conciliadores de Timor-Leste foram anunciados na sua notificação. Agora, no prazo de 30 dias, o painel irá nomear um quinto membro como presidente.

A função da Comissão, como está estabelecido no anexo V da CNUDM, é "ouvir as partes, examinar as suas alegações e acusações, e fazer propostas às partes com vista a chegarem a um acordo amigável". A Comissão procura encorajar as duas partes a entrarem em negociação, de uma forma eficaz e assistidos por terceiros. Se no espaço de 12 meses não houver resultados, a Comissão irá emitir a suas recomendações sob a forma de um relatório.

O Negociador Principal timorense para as Fronteiras Marítimas, Kay Rala Xanana Gusmão, lembrou na passada sexta-feira, 29 de Abril, em Sydney, que "estivemos sempre dispostos a negociar, tal como os países são obrigados a fazer, seguindo as leis internacionais. É importante salientar que a Austrália poderia, agora, concordar em negociar as fronteiras marítimas ou dar permissão ao tribunal internacional para tomar uma decisão sobre onde deverá ser a fronteira, e nós iríamos acolher de bom grado essa possibilidade".

O Porta-Voz do VI Governo Constitucional, Ministro de Estado Agio Pereira, acrescentou que "Timor-Leste está pronto a comprometer-se totalmente com a Comissão, que visa ajudar os dois países a chegarem a um acordo amigável. No entanto, tudo isto seria desnecessário entre dois países amigos". **FIM**



**Agio Pereira**  
+670 77045002  
[agio.pereira@cdm.gov.tl](mailto:agio.pereira@cdm.gov.tl)  
[govtmedia@gmail.com](mailto:govtmedia@gmail.com)  
[www.timor-leste.gov.tl](http://www.timor-leste.gov.tl)